

# O SÍTIO E A ARQUITECTURA DE UMA CASA QUINHENTISTA NA RIBEIRA DE SANTARÉM – ENSAIO TIPOLOGICO DAS CASAS URBANAS DE FRENTE ESTREITA

---

*Rui Maneira Cunha*

## **Introdução**

Tomando a rua Alfageme de Santarém na direcção do rio – após o atravessamento da linha de caminho-de-ferro que cortou, na segunda metade do século XIX, o núcleo urbano da Ribeira de Santarém – na última das cinco edificações da correnteza do lado voltado a Norte, antes da inflexão para a Praça, encontra-se uma notável casa quinhentista que ostenta os números de polícia 13 e 15, em cada uma das suas portas. O interesse deste exemplar, pressentido nos vários elementos decorativos da fachada, é plenamente confirmado quando, percorrendo o interior, se constata ser um exemplar que se mantém íntegro e em bom estado de conservação. Por isso, constitui um importante caso, cuja análise permitirá contribuir para definir as características urbanas e arquitectónicas das edificações correntes desta época.

Sendo a urbe e as suas edificações objecto de pesquisa e intervenção de várias áreas do saber, podemos encontrar publicações relevantes para este tema na Geografia, na Etnologia, na História Urbana, Económica, Social e da Arte, nas Engenharias e na Arquitectura. O sítio onde se implanta a casa que vamos analisar, foi já objecto de investigação histórica, por parte de Ângela Beirante, quer para a época medieval (Beirante, 1980), quer para o período quinhentista (Beirante, 1981). Por isso, no que refere ao enquadramento da evolução e parcelamento urbano do sítio onde a edificação se insere, este texto fica totalmente devedor aos trabalhos dedicados, por esta historiadora, a Santarém.

Nos últimos anos, têm-se publicado estudos que permitiram aumentar significativamente o conhecimento da habitação corrente do final da Idade Média e princípios da Moderna. Destacam-se, pela proximidade e temática, os escritos de Manuel Sílvio Alves Conde, nomeadamente o artigo “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal” (Conde, 1997), e o dedicado à “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média” (Conde, 2000). Também se deve salientar a publicação de Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, (Trindade, 2002), onde é feita uma caracterização da habitação corrente em Portugal nesse período, analisando a ocupação do espaço urbano, a morfologia e dimensões do lote, das edificações e os materiais de construção, utilizando, além dos dados da sua investigação, uma síntese dos vários estudos conhecidos, abarcando esses temas. Imprescindível para compreender o caminho tomado na transformação da edificação na época moderna é o livro de Hélder Carita sobre as transformações operadas na capital no reinado de D. Manuel, e o surgimento de um novo tipo de edifício urbano que se define (Carita, 1999:181) «*a partir de um conjunto de factores convergentes que interligam normas legislativas, de carácter arquitectónico, urbanístico e construtivo, com uma praxis de regimento de obras que por sua vez sintetizam e divulgam esta nova arquitectura*». Tem particular interesse, para o presente estudo, a análise feita por este autor ao dimensionamento dos elementos construtivos, à proporcionalidade e à métrica, usadas no projecto, principalmente, a utilizada em obras de grande extensão, controladas pelo número, através de traçados reguladores, tendo por base o palmo e as restantes medidas do antigo sistema craveiro.

Os estudos historiográficos, dentro desta temática, debruçam-se sobre a cidade e o seu parcelamento urbano histórico, fazendo a avaliação formal, dimensional e construtiva das edificações, baseando-se, principalmente, em documentação escrita. No entanto, é relevante introduzir a pesquisa material dos objectos urbanos e arquitectónicos de que ainda dispomos, usando-os como documentos, também eles sujeitos a leitura, análise e interpretação, de modo a obter o seu melhor e mais completo conhecimento. Por isso, a metodologia utilizada passou pela análise da evolução urbana do sítio e do objecto arquitectónico construído, para a partir daí tentar concretizar a definição de um tipo de habitação corrente quinhentista, que se pode identificar nas urbes portuguesas.

Usamos o termo – arquitectura corrente, no sentido de numerosa ou usual, ou seja, o modo de preponderante de habitar na urbe. A arquitectura doméstica que vale pelo conjunto e delimita os arruamentos, separando o espaço público do privado. Como bem refere Luísa Trindade (Trindade, 2002:12) «*a casa do mesteiral ou do pequeno comerciante, do carpinteiro,*

*do ferreiro e do almocreve (...) mas também a casa de muitos outros que, pelas posses e privilégios, constituem a camada superior do terceiro Estado, corporizando as elites locais: cavaleiros vilãos e letrados, mercadores e detentores de cargos públicos, régios ou concelhios».*

## Sítio

A Ribeira de Santarém, cujo topónimo no tempo do domínio árabe era Sesarigo, é um antigo arrabalde ribeirinho da cidade de Santarém. Esta situação em que o povoamento, por razões defensivas, se implanta no alto de um monte junto a um rio navegável até ao mar, é idêntica a outras cidades medievais portuguesas. Sesarigo foi, portanto, um núcleo urbano que se desenvolveu pela situação portuária.

Após a reconquista cristã, este conjunto ribeirinho expande-se para fora das suas muralhas. Os principais eixos viários eram a rua Direita de Palhais e a rua do Mel, hoje rua Henrique Dias Vigário. Fazia já parte do espaço urbano desta vila, o vasto terreiro rectangular, situado em frente e paralelo ao rio, conhecido, na época, por Arnado. Esta praça tinha, no lado Sul, uma muralha com cubelos onde se abria a Porta do Pão. A Oeste possuía outra passagem, ainda hoje visível na rua Detrás do Muro, onde se abria o Postigo do Açougue, que corresponde ao actual Arco de Santo António. No topo Noroeste do terreiro, a muralha inflecte para ocidente localizando-se aí a Porta Nova, quase em frente à rua Direita de Palhais. Paralela a este último troço de muralha, existia a Regueira de Runes que, quando foi encanada, deu origem à rua actualmente designada por Alfageme de Santarém. São profundas as alterações que

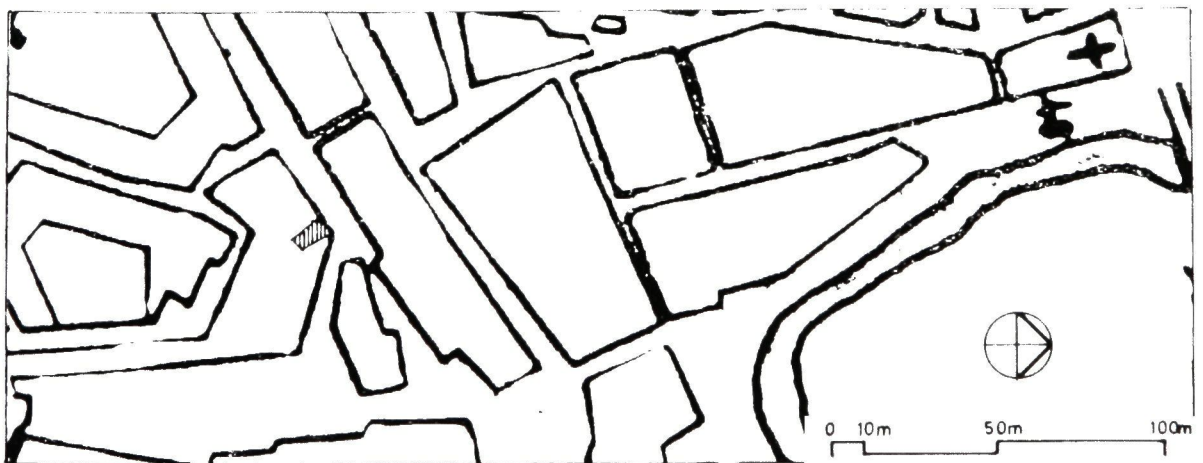
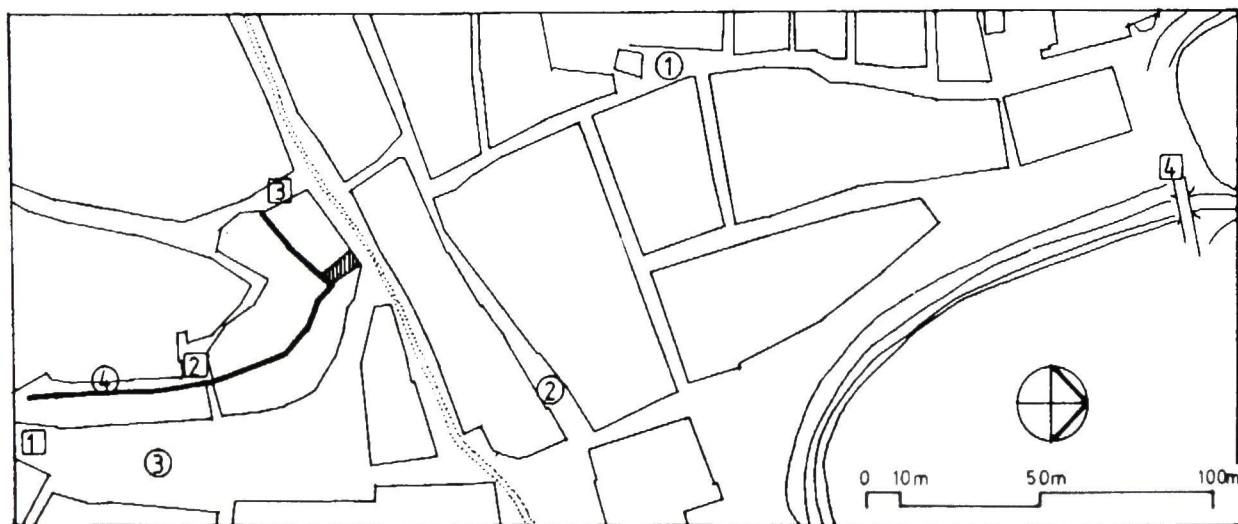


Fig. 1 – Excerto da área em estudo. Planta de Santarém (2ª metade do sec. XVIII) Instituto Geográfico e Cadastral, mapoteca, Catálogos de Cartas antigas, ms n.º 394.



Fig. 2 – Excerto da área em estudo. Planta de Santarém na actualidade. Levantamento aerofotogramétrico executado pela Artop para a CMS.






- |  |                   |                          |                      |
|--|-------------------|--------------------------|----------------------|
|  | Muralha           | ① Rua Direita de Palhais | ① Porta do Pão       |
|  | Casa em estudo    | ② Rua do Mel             | ② Postigo do Açougue |
|  | Regueira de Runes | ③ Arnado                 | ③ Porta Nova         |
|  |                   | ④ Rua de Trás do Muro    | ④ Ponte do séc. XV   |

Fig. 3 – Planta de reconstituição e localização dos elementos urbanos referenciados no texto.

decorreram na Ribeira de Santarém entre os séculos XIV e XV. Baseada nos documentos da chancelaria de D. Afonso V, Ângela Beirante (Beirante, 1980:112) descreve-nos que “D. Fernando, no tempo das guerras com Castela, mandou queimar as casas que se situavam no Arnado, do lado de fora

*da muralha para melhor defesa da mesma. Como as casas ficaram reduzidas a chãos, o rei indemnizou os seus donos. No tempo de D. Duarte, em 1435, houve demanda entre o concelho e o contador da comarca, Gil Peres de Resende, sobre a posse dos ditos chãos”.*

A sentença foi favorável ao concelho, mas, como a carta se perdeu, passados mais de vinte anos, o contador decidiu pô-los a render para a Coroa. Dividiu o terreno em cerca de 12 quinhões de 12 côvados de largura e aforrou-os em fatiota, na condição de fazerem “casas de paredes de pedra e call e taypas madeiradas e telhadas” e de pagarem um escudo de ouro por ano. Com esta fiada de casas novas paralelas ao Tejo ficou demarcada a fachada Leste do Arnado. A fachada Norte constituiu-se pelo mesmo processo. O monarca ordenou que nos seus 6 chãos que se encontravam entre a regueira de Runes e a praça do Arnado fossem também edificadas casas, vindo a construir-se a fachada Sul da rua de Runes, no prolongamento da rua do Cano. A própria fachada Norte desta rua, corresponde às traseiras da rua do Mel, definia-se pela mesma época. Em 1461, D. Afonso V deu ao concelho o chão junto da Porta Nova, onde costumavam trabalhar os cordoeiros, para aí construírem casas encostadas à parte exterior do muro. É exactamente no conjunto destas casas que se encontra o edifício que vamos estudar. Com base nos mesmos documentos, esta autora afirma que o quarteirão situado entre a rua do Mel e a regueira de Runes é edificado nesta altura (Beirante, 1980:115). Estes chãos destinados à construção de casas, têm as seguintes medidas, expressas em côvados – 12  $\frac{1}{3}$  por 9; 9 por 8  $\frac{1}{2}$  e 10 por 5. Ao que parece, tratavam-se de casas térreas.

No sistema craveiro – que perdura no território nacional desde o século XII até à implementação e adopção oficial do sistema métrico, em meados do século XIX – o côvado corresponde a três palmos ou a dois pés. Portanto, o seu terço é um palmo e, o seu meio, um pé. O seu valor em metros é 0,66, possuindo o palmo 0,22 e o pé 0,33 (Cunha, 2003:72 e anexo). Traduzindo-se a primeira parcela em 8,14 m por 5,94 m, a segunda em 5,94 m por 5,61, e a terceira, um duplo quadrado de 6,60 m por 3,30 m. Como se pode verificar na análise dos limites das actuais construções que perpetuam o parcelamento – pois o limite da propriedade constitui um elemento cuja transformação no tempo é lenta – à menor dimensão corresponderá a frente e, a profundidade, à maior. Se a estas medidas forem ainda descontadas as espessuras das paredes, depreende-se que a sua organização interior ficaria limitada a um compartimento pois da sua subdivisão resultariam espaços exíguos para qualquer função habitacional.

O chão do edifício que vamos estudar que, como vimos, resultou do talhamento implementado pelo concelho na segunda metade do século XV, poderá ter ficado desocupado até à construção desta casa ou, mais provavelmente, terá resultado de uma renovação que ampliou, em altura, um primeiro

edifício térreo. Esta situação parece ter sido usual nos princípios da centúria de quinhentos. Ângela Beirante cita os seguintes casos (Beirante, 1981:76-77):

“O edifício dos açougues da Ribeira, junto da Praça, cresceu em altura, sendo edificadas algumas casas sobre ele, no início do século XVI. Em 1500, “metade do ar” dos açougues da Ribeira foi emprazado em 3 vidas a Gonçalo Álvares, sapateiro, para sobre o telhado dos mesmos construir casas no prazo de 5 anos. Correspondia esta parte a uma extensão de 40 côvados medidos entre a Porta Travessa ou Postigo do Açougue, que ainda hoje se conserva, e o canto dos açougues, junto da Porta do Pão. Em 1502, Pero Matela, contador da comarca de Santarém, mandou meter em pregão público a outra metade que restava “de sob o alpendre da pinta ate a canto da porta travessa dos ditas açougues pera no ar deles fazer casas quem neles qujesse lamçar o qual ar dos ditos açougues partem de hua parte cõ Joam Pimto e do leuante cõ praça da dita Ribeira e do soam partem cõ Gonçalo Alvarez çapateiro e do poemte com muro da vyla”. Lançaram Vicente Pires, carpinteiro, e João Gomes, mestre de carpintaria, que ficaram foreiros perpétuos à Coroa por 500 reais e uma galinha por ano”.

## Arquitectura

Com a perda da função defensiva, decorrente da revolução militar da pirobalística, esta casa vai integrar-se no conjunto edificado que se encastoa ao antigo elemento de defesa. Trata-se de um edifício de vários sobrados, inserido num lote de frente estreita. Designamos por frente estreita os casos em que a dimensão adoptada impossibilita a existência de mais do que um compartimento exposto ao exterior. Desta limitação, irá resultar um modo de organização do interior da habitação e dos elementos da fachada, que terão um uso comum e generalizado a todo o país.

Os elementos decorativos da edificação permitem uma datação segura, atribuível ao século XVI. A edificação não sofreu modificações drásticas ao longo dos tempos, notando-se apenas ligeiras adaptações que, no essencial, não a desfiguram. Por isso, constitui uma base segura para datar casos idênticos. Dos elementos que permitem a atribuição cronológica da construção ressalta, no exterior, a presença de típicas cantarias do século XVI, nas janelas dos primeiro e segundo andares. No primeiro sobrado, a cantaria possui uma cara de africano esculpida, em cada base, no início do recorte em chanfro, da pedra que enquadra a janela; no nível seguinte, as cantarias laterais possuem uma exuberante decoração fitomórfica sobre o chanfro, que emoldura a janela. A pedra do lintel só tem como decoração o chanfro que faz a continuidade horizontal ao que vem das cantarias laterais. Além destas, uma cornija encimada por um duplo beirado e uma pilastra almofadada, de gosto clássico, confirmam a datação.

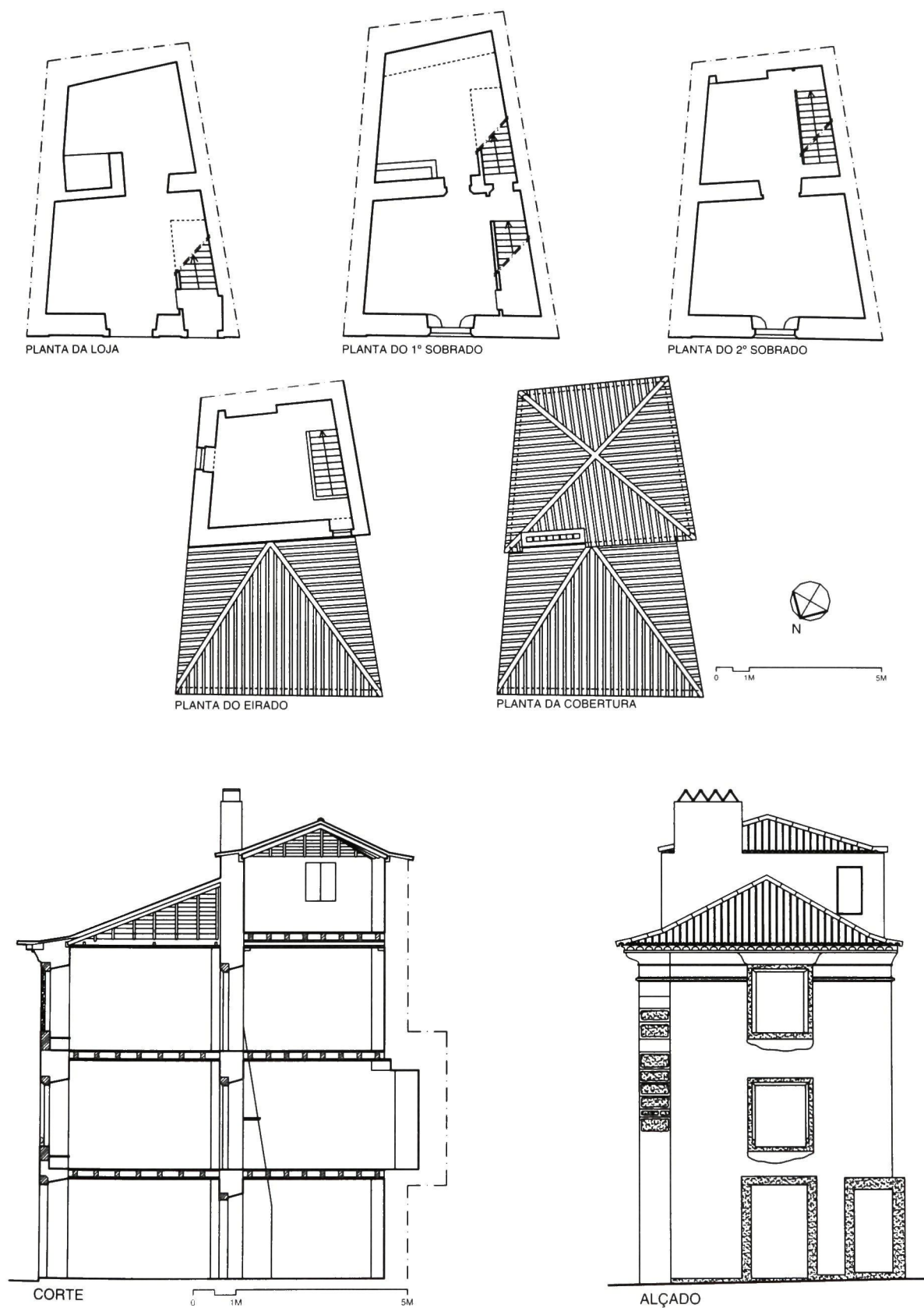


Fig. 4 – Plantas, Corte e Alçado.



Fig. 5 – Aspecto geral do exterior.



Fig. 6 – Vista exterior, ao nível do segundo sobrado, e detalhe da decoração fitomórfica.

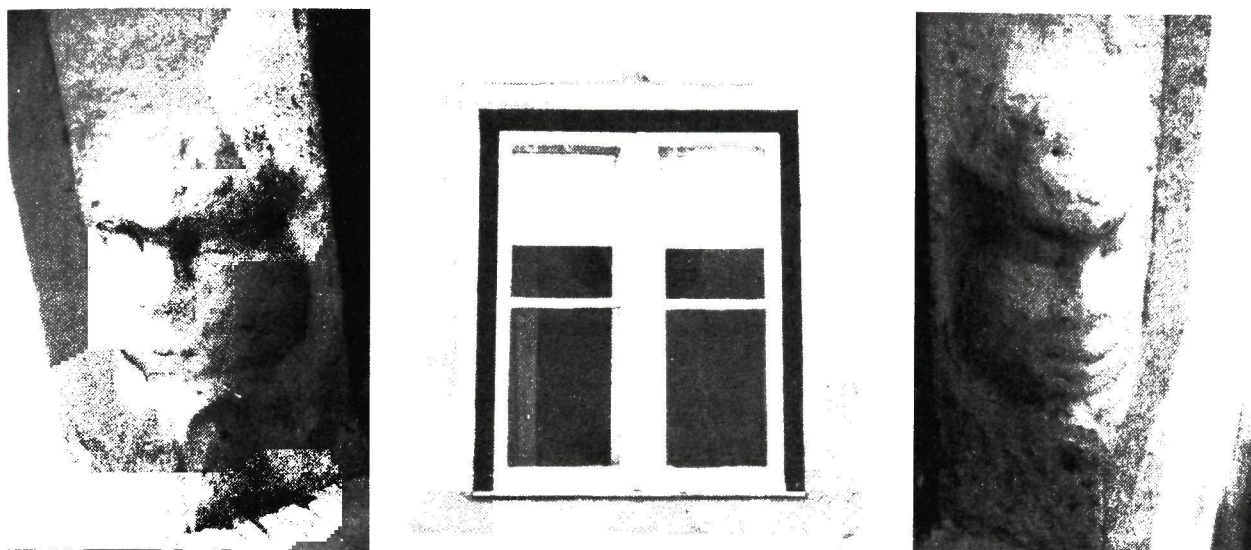


Fig. 7 – Aspecto geral da janela do 1º sobrado e detalhes da decoração, com as faces de africano.

No interior, as portas de cantarias com chanfro, os bancos de pedra junto às janelas e uma lareira, testemunham a integridade original do edifício.

Como vãos exteriores, além das duas janelas dos pisos superiores, a casa possui duas portas no piso térreo, uma de acesso à loja e outra de acesso à habitação. Estas não possuem qualquer pormenor decorativo ou recorte e tomam a forma que se vulgarizará, a partir de então, correspondendo a uma aproximação ao gosto clássico. Na fachada, estes vãos organizam-se dispondo a porta de acesso à habitação junto à parede meeira da direita, e a porta da loja alinhada, a meio, com as janelas.

Sobre a loja situava-se a habitação, distribuída nos dois níveis seguintes. Um terceiro sobrado, recuado, era possivelmente, utilizado para arrecadações ou alojamento de serviçais.

A disposição dos compartimentos da casa está intimamente relacionada com os sistemas construtivos utilizados. Com um lote em forma de um trapézio alongado, a casa tem como paredes de alvenaria de suporte principal, as que são comuns com os prédios vizinhos, a fachada tardoz – que neste caso é a antiga muralha defensiva da Ribeira – a principal que tem a dimensão de 1 côvado, e a parede que subdivide o talhão, tem a dimensão de meia-vara, ou seja 1 palmo e 1 pé. A tradição construtiva designa estes paramentos principais de suporte por *paredes-mestras*. Como só a fachada principal tem vãos exteriores, em cada nível existe um compartimento principal voltado para a rua, e um outro, secundário, interior e sombrio. Estes poderão ter sido subdivididos com tabiques para serem utilizados como alcova.

A ligação vertical entre os vários pisos é feita por escadas que, no enfiamento da porta da habitação, vencem o desnível de cada piso, numa sucessão ininterrupta de degraus – este sistema é comum aos edifícios lisboetas pré-pombalinos. Também aqui existe um aproveitamento do espaço disponível, logo que possível, no nível superior e inferior, do vão resultante da sua passagem. A escada, tem uma largura de 1 vara e, além da parede de alvenaria, é confinada por um tabique que a separa dos compartimentos a que dá acesso.

No piso térreo, a utilização hodierna da loja, instalou a cozinha e a sala, ficando esta voltada para o exterior e a cozinha, para o interior. A nova lareira, para aproveitar a chaminé que já existia no primeiro andar, localiza-se sob a original.

Uma passagem, com  $\frac{1}{2}$  vara de largura, aberta no tabique, entre as portas exteriores, permite o acesso à loja pelo interior da habitação.

No primeiro andar, temos acesso ao compartimento que possui a janela decorada com as duas caras, já anteriormente referidas. Este vão, no interior, possui dois bancos de pedra calcária, com 1 pé de altura, sob o enxalço do vão. Nas pedras do assento encontram-se as marcas do trabalho dos gonzos, das portadas originais. Este aposento possui um local de arrumos que aproveita o espaço disponível sobre a escada, cujo acesso se faz por uma porta aberta no tabique, junto à fachada principal. A comunicação com o compartimento contíguo, interior, faz-se através de um vão situado a meio da parede que tem cantarias com chanfro a emoldurá-lo. Neste espaço, podemos observar a lareira original que a modificação de uso levou a que fosse fechada, não apresentando qualquer mutilação. Estamos, portanto, no cómodo originalmente utilizado como cozinha que, actualmente, é usado como quarto. Este espaço foi ampliado através da demolição da parede tardoz que corresponde à muralha defensiva e, por isso, junto ao canto posterior direito surge um estranho espaço, sinuoso e baixo, utilizado para arrumações. Este está certamente relacionado com a muralha a que o edifício se apoiou.

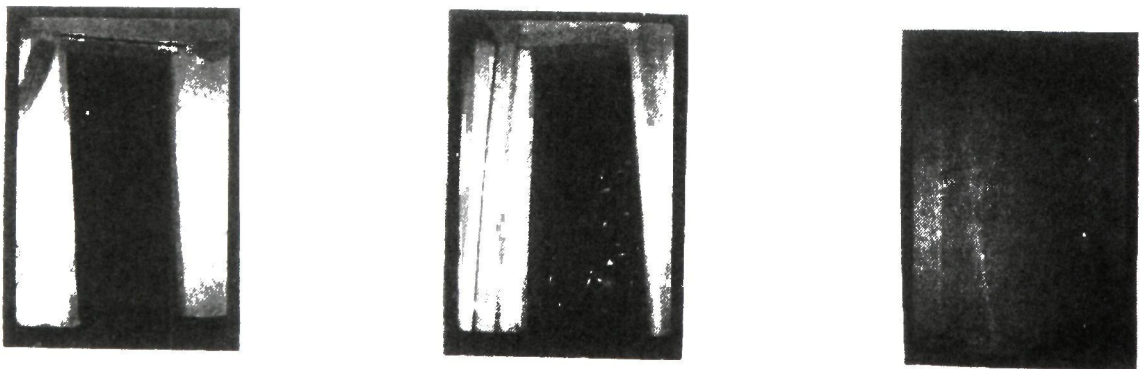


Fig. 8 – Aspecto dos vãos interiores e da lareira, no 1º sobrado.

No segundo andar, o lanço de escadas dá acesso à dependência interior, utilizada como quarto. Desta divisão temos acesso ao aposento contíguo exterior e, ainda, ao sótão. No compartimento exterior, de um modo idêntico ao verificado no piso inferior, podemos ver dois bancos, a cada lado da parede da janela que possui a decoração fitomórfica. Esta é a maior divisão da casa porque aproveita o espaço que, nos pisos inferiores, é ocupado pelas escadas. Na adaptação às funções hodiernas, parte deste compartimento é utilizado como instalação sanitária, que não foi desenhada, na figura 4, para possibilitar uma melhor avaliação do espaço original. Como se pode ver no exterior, esta área é coberta por um telhado de três águas.

Ao sótão, ou eirado, elevado na parte posterior da casa, tem-se acesso através de uma escada que se desenvolve sobre a anterior, após a passagem de uma pequena porta. Este compartimento, com dois vãos encerrados com portadas de madeira, tem uma cobertura de quatro águas, sem forro interior.

A designação de eirado que damos ao topo deste edifício, é frequente na descrição de casas quinhentistas. Actualmente, toma o significado de um espaço de topo, aberto, idêntico a uma açoteia. Nas mais fidedignas representações de Lisboa da época, não se consegue descortinar qualquer remate de edifícios com estas características. Um estudo publicado por Augusto Vieira da Silva (Silva, 1966:156-157), mostra um desenho de uma planta de uma casa nobre do século XVI, onde a palavra *Eyrado* surge a legendar um compartimento fechado.

Sem dúvida que o eirado constitui um topo sobrelevado do edifício que tem sido apenas tomado como sinónimo de açoteia. Costa Lobo (Lobo, 1903:123) diz-nos que, no século XVI, em Lisboa “*algumas das casas das ruas principais elevam-se a boa altura – sobre a logea três andares e uma açoteia, ou eirado, que sendo em parte coberto, parece que serviria também de habitação*”. Quanto a nós, este piso elevado na parte posterior desta casa é um exemplo claro daquilo a que, no século XVI, se chamava eirado, ou seja, um compartimento coberto sobrelevado em relação ao resto do edifício.

## Estudo dimensional

O cuidado posto nos elementos decorativos, também surge implícito na definição dimensional da construção e na disposição dos seus vários elementos compositivos.

As dimensões deste talhão coincidem com o primeiro par de medidas do parcelamento do século XV, anteriormente descrito – 12 e 1/3 côvados de profundidade, e 9 côvados de frente. A análise dimensional põe em evidência muitos pontos coincidentes com a prática dos princípios do século XVI, revelada por Carita. O desenvolvimento em altura corresponde a uma aplicação de 12 palmos por piso. Como este autor notou (Carita, 1999:185) há, nos

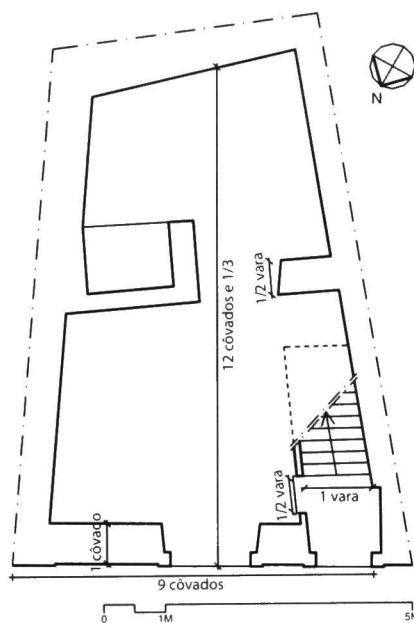


Fig. 9 – Estudo Dimensional da Planta.

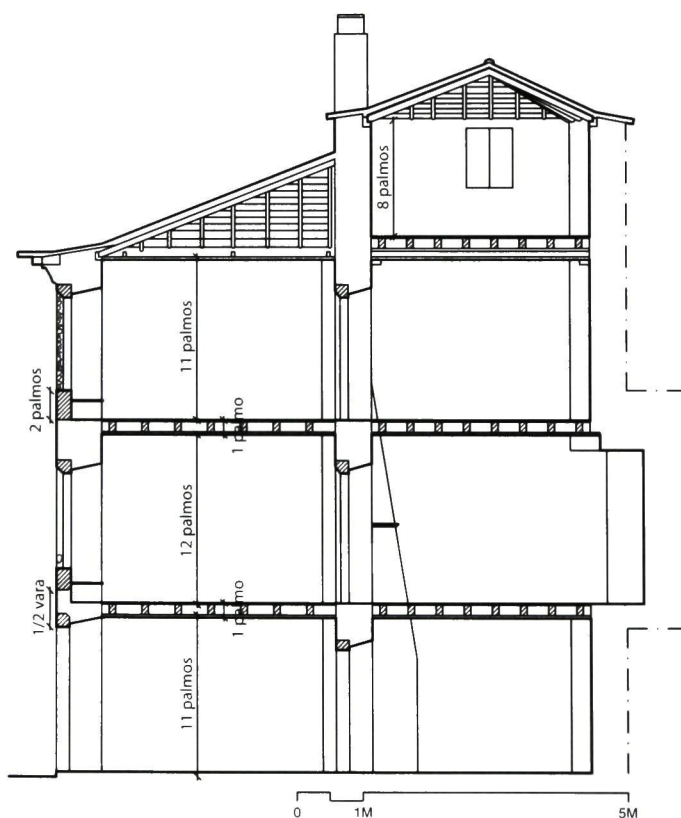


Fig. 10 – Estudo Dimensional do Corte.

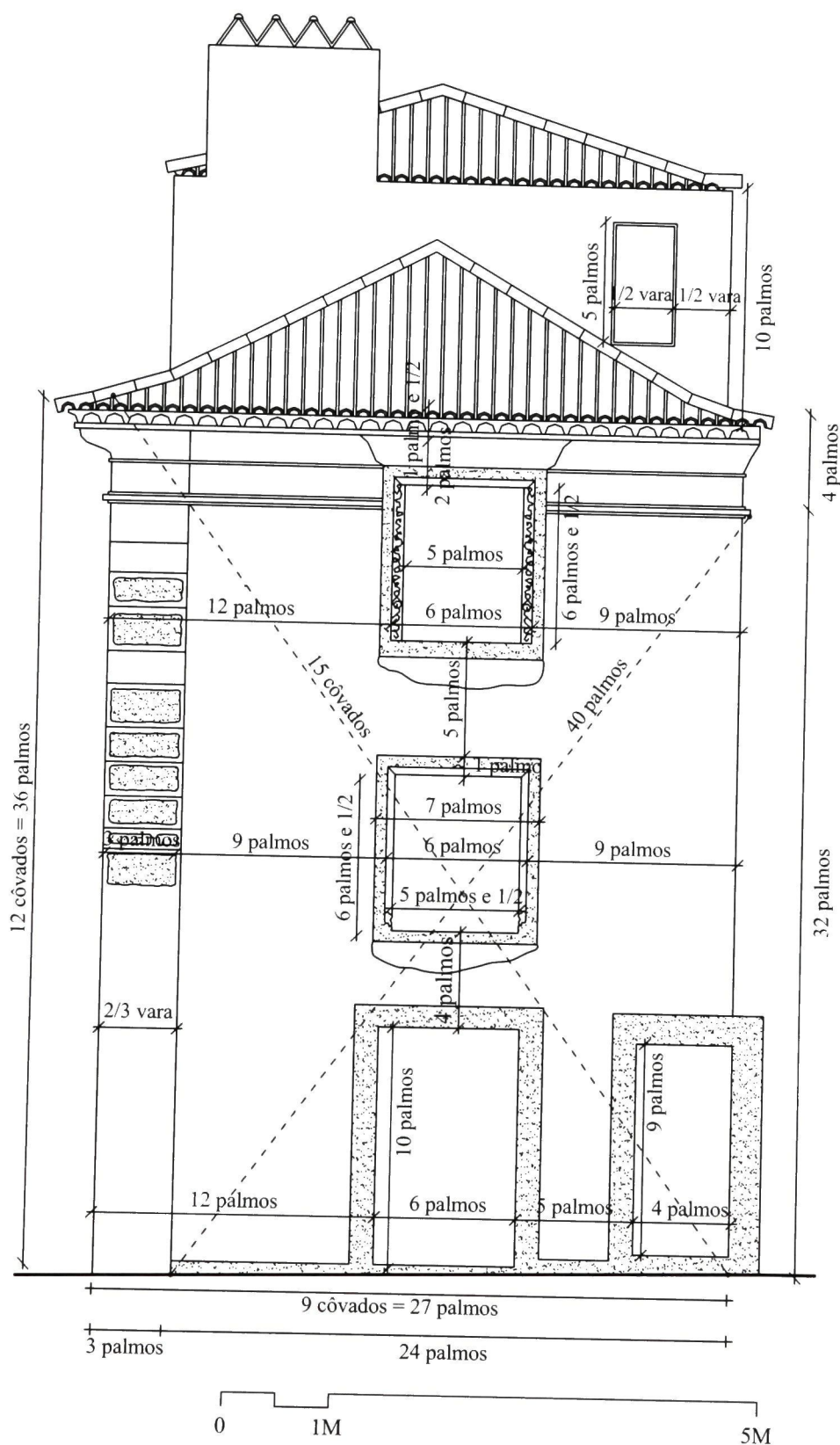


Fig. 11 – Estudo Dimensional do Alçado.

finais do século XV e princípios da centúria seguinte, um esforço de racionalização que parece iniciar um princípio de normalização e controle dimensional dos vários elementos construtivos. Assim, a definição da fachada com 25 palmos implica uma altura 12 palmos para cada piso e 1 palmo corresponde à dimensão da estrutura de madeira, soalho e forro, que os separa. Isso acontece no caso do edifício que se está a analisar: o pé-direito do primeiro e terceiro pisos é de 11 palmos, e o 1.º andar tem 12 palmos de altura livre. Ao adicionarmos os dois palmos, correspondentes aos sobrados, obtém-se a altura da frente, que é de 36 palmos. O maior pé-direito do 1.º andar parece denotar a atribuição de mais importância a este nível.

Os 36 palmos da cércea da fachada correspondem a 12 côvados. Esta interessante medida da altura, conjugada com os 9 côvados, da base, forma um triângulo rectângulo. A utilização destes números perpetua, na tradição construtiva, um saber e método prático já conhecido no Antigo Egipto. Os construtores, de então, obtinham traçados ortogonais utilizando uma corda com treze nós, igualmente espaçados, em doze partes. Esticando a corda e dobrando-a, na direcção perpendicular, no quarto nó – a que corresponde 3 espaços e, ao fim de mais 4 distâncias iguais, retornando com ela ao nó de origem, obtinham, rigorosamente, um ângulo de  $90^\circ$ , na primeira inflexão. Por vezes, este triângulo também é designado por pitagórico, pois é a aplicação do teorema, dito, de Pitágoras, com números inteiros: admitindo para a base 3, para a altura 4, a hipotenusa é 5 e o ângulo, entre a base e altura, é recto. Se apli-

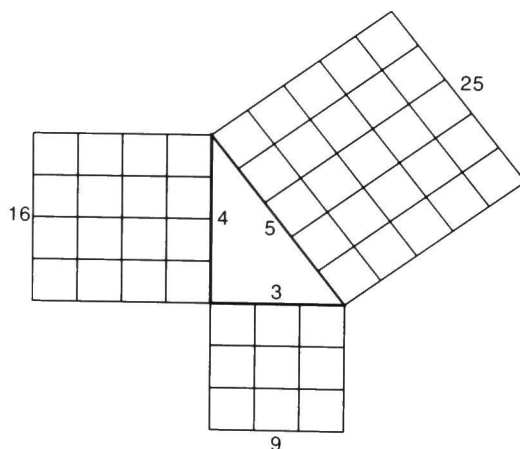


Fig. 12 – O teorema de Pitágoras, que enuncia que o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos, tem uma tradução geométrica evidente, conforme se verifica nesta figura.

caros múltiplos a esses números, obtemos sempre triângulos rectângulos com números naturais. Por exemplo  $2 \times 3$ ,  $2 \times 4$  e  $2 \times 5$ , ou  $3 \times 3$ ,  $3 \times 4$  e  $3 \times 5$ , como é o caso presente, ou, no caso geral,  $n \times 3$ ,  $n \times 4$  e  $n \times 5$ . Carita também encontrou este triângulo como gerador do traçado regulador do projecto das boticas da praça da Ribeira, de 1498, para o qual fez um desenho de reconstituição (Carita, 1999:64), em que estas dimensões definem os elementos da fachada e a estrutura da planta.

O espírito racionalista da época também vai fazer modificar a forma dos vãos que, paulatinamente, foram abandonando a decoração figurativa, acabando mesmo por deixar a reminiscência medieval do chanfro, prevalecendo a moldura recta, de aresta. O vão passou a ser dimensionado com proporções de definição geométrica, de gosto mais clássico e com forma reconhecível, em quadrado ou duplo quadrado. Carita refere a utilização das dimensões de  $6 \times 12$  ou de  $5 \times 10$  palmos para as janelas de sacada e de  $6 \times 4$  palmos para as janelas de peito, nos exemplos de modelo manuelino, no Bairro Alto, em Lisboa (Carita, 1999:186 e 2000:41). Como já vimos anteriormente, as portas desta casa são já providas com pedras de moldura recta e, embora não coincidentes com os valores atrás referidos para Lisboa, têm dimensões reconhecíveis de  $9 \times 4$  e  $10 \times 6$ . Curiosamente, o primeiro vão começa, coincidente, com o limite lote. O nembro que separa as portas, tem 5 palmos – ou seja, 1 vara. A partir do final do vão central até ao outro limite da propriedade, são 12 palmos. Repare-se que, agora em palmos, se repetem as relações numéricas decorrentes do triângulo atrás referido para a fachada: 9, 12 e 15. Os 15 resultam da soma de 6, do vão central, com 9, da parede e a porta. Estes valores de 9, 6 e 12, também estão presentes no posicionamento das janelas na largura da fachada. A do 1.º sobrado está 4 palmos separada do lintel da porta, e é quase quadrada com  $5 \frac{1}{2}$  de largura, por  $6 \frac{1}{2}$  de alto, correspondendo o primeiro palmo da altura à base e à, anteriormente referida, decoração com cabeças. No interior, a altura do peitoril é de  $\frac{1}{2}$  vara. O paramento vertical entre as aberturas das janelas mede 6 palmos. A largura da janela superior reduz-se para 5 palmos e mantém a mesma altura do seu par que é de  $6 \frac{1}{2}$ . No interior, a altura do peitoril é de 2 palmos.

Acontece um deliberado estreitamento dos vãos, conforme aumenta o seu posicionamento na fachada, situação que poderia indiciar a aplicação da regra, de gosto renascentista, que aumenta o efeito de perspectiva. No entanto, isso não se verifica, pois as alturas e os espaçamentos verticais até o contrariam.

O eirado, pela sua posição recuada, não tem visibilidade da rua. A sua altura exterior é de 2 varas, ou seja 10 palmos. A janela aí existente está afastada  $\frac{1}{2}$  vara do cunhal, e tem a forma racional de duplo quadrado, com a altura de 1 vara e a largura de  $\frac{1}{2}$  vara.

Também se nota a intenção de marcar horizontalmente a fachada, com um friso que está a 32 palmos de altura. Este elemento parece relacionar-se

com a pilastra, para que os vãos aparentem estar centrados. Apesar da largura da pilastra ser de  $2/3$  de vara, o almofadado, que se encontra muito delido, até meia altura, é de 3 palmos pois, desse modo, os vãos ficam à equidistância de 9 palmos do limite e dessa marcação vertical. Repare-se que, assim sendo, a medida do limite, à pilastra, é de 24 palmos que, relacionados com os 32 da altura do friso, formam um triângulo semelhante ao que define a forma base da fachada. A diagonal dos triângulos é comum e encontrará o friso e o almofadado da pilastra, com a dimensão de 40 palmos. Isto acontece porque 24, 32 e 40, resultam de  $8 \times 3$ ,  $8 \times 4$  e  $8 \times 5$ .

### Processos construtivos

Construtivamente, as paredes de suporte são edificadas em alvenaria de pedra, assente com argamassa de saibro e cal, intervalada com fiadas horizontais de tijoleira, distanciadas, entre si, de 2 palmos, ou seja 0,44 m. Isto foi possível verificar num local onde parte do reboco caiu. Note-se que este troço de alvenaria à vista, se situa no eirado que pode ser um acrescento ao núcleo inicial da casa. Só a picagem das paredes poderia oferecer uma classificação construtiva mais segura. No entanto, também se encontram exemplos deste tipo de alvenaria noutros edifícios arruinados na Ribeira de Santarém. É de admitir que partes desta alvenaria possam ser realizadas só com tijolo fino, assente com a mesma massa, como pudemos ver por detrás da porta de acesso à escada do eirado. Frequentemente, esta alvenaria é utilizada na realização das paredes de lareiras e chaminés e, de um modo geral, sempre que é necessário diminuir a espessura da parede-mestra, como é a situação dos bancos. Nas Beiras, em geral, e em Coimbra, em particular, esta parede é substituída por pedra que, não sendo rebocada, fica integrada com as restantes cantarias do vão, aumentando a verticalidade da janela, formando “um avental”.

Os tabiques, conforme verificámos junto à escada de acesso ao eirado, são constituídos por um conjunto de prumos verticais que sustentam ripas de madeira, dispostas horizontalmente. O interior é preenchido com argamassa de saibro e cal com pedra. Esta massa é coberta por pedaços de telha partida, colocada entre as ripas, para melhor “puxar” a massa de cal e areia, do reboco. Note-se a semelhança construtiva entre estes e os *tabiques de taipa* (Oliveira *et al*, 1988:315), variando só a argamassa de terra que, aqui, é trocada por esta, mais rica, de saibro e cal. Como vimos no final do primeiro texto anteriormente transcrito, no século XV, estas divisórias eram denominadas *taypas emadeiradas*. O pavimento térreo está revestido com materiais modernos. Mas, em paralelo com outros edifícios da mesma época, poderia ter sido de terra batida, cal e areia, calçada de pedra, ou tijoleira. Este último material também era usado disposto a cutelo, em desenho de espinha, como testemunha um pavimento que apareceu nas escavações da casa dos Bicos, em Lisboa (Duarte e Amaro, 1985:149-150).

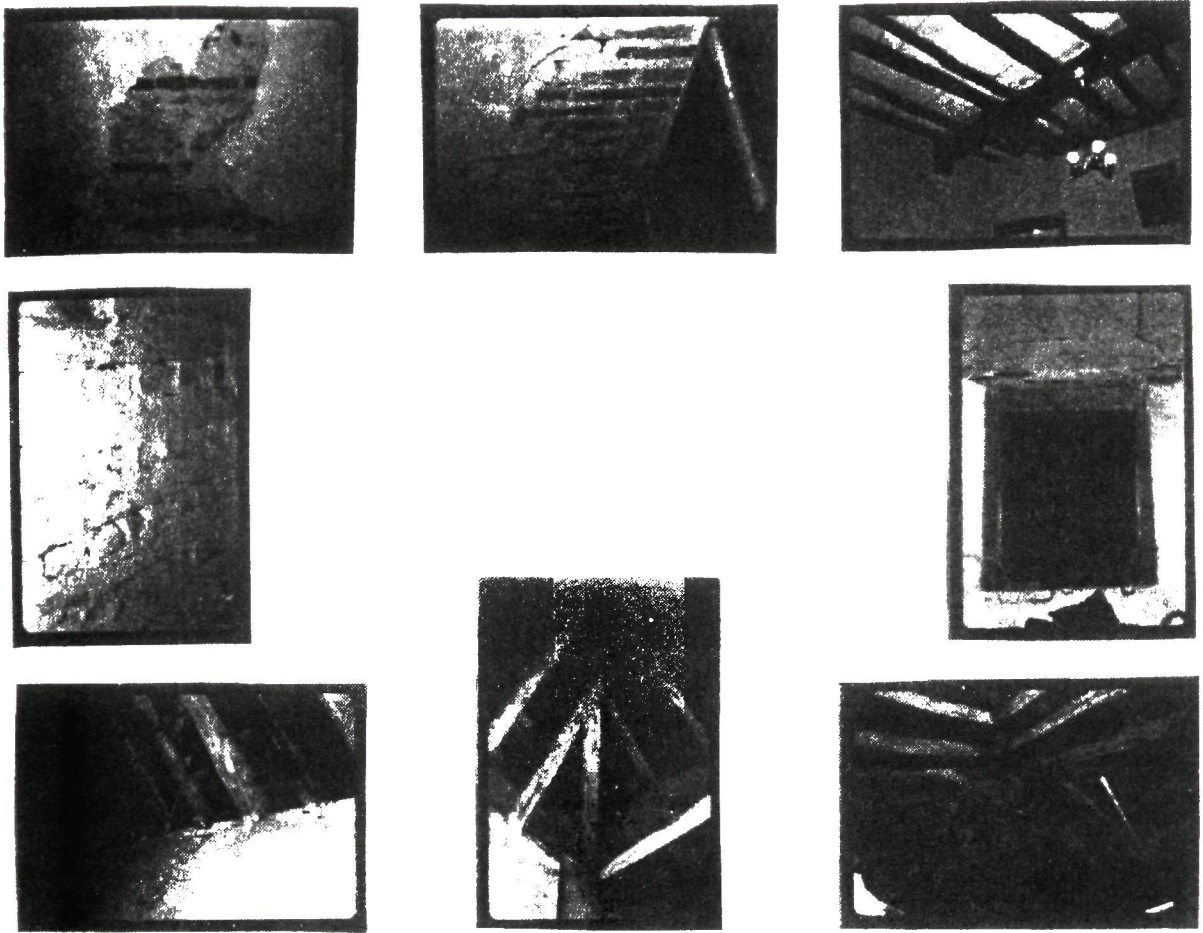


Fig. 13 – Vários detalhes construtivos. Da esquerda para a direita e de cima para baixo – a) Pormenor da alvenaria de pedra intervalada por fiadas horizontais de tijoleira. b) Alvenaria de tijoleira, por detrás da porta de acesso ao eirado. c) Vista inferior do sobrado. d) Aspecto do tabique de taipa emadeirada. e) Vão e portada de madeira, no eirado. f) Três aspectos da estrutura da cobertura, do eirado.

Os sobrados são constituídos por um conjunto de madeiramentos, encaixados nas paredes, que suportam um soalho na face superior e, por vezes, são forrados, inferiormente, com um conjunto de tábuas de camisa-e-saia. Os madeiramentos apresentam algumas irregularidades de formas e dimensões. Em média, estão espaçados, entre si, 0,55 m – meia vara – e têm 0,165 m de diâmetro, ou seja: 1 furco ou 1/2 pé. Estas dimensões são alteradas com uma simples regra empírica: se o diâmetro dos toros for menor, diminui o espaçamento e vice-versa.

Curiosamente, os madeiramentos não se distribuem na direcção do menor vão e, por isso, recorre-se a um reforço estrutural, constituído por um barrote disposto a meio do vão, do lado inferior, para ajudar a suportar os

esforços na maior flecha. Enquanto na maior parte dos casos este amparo serve para reforço, há outros em que servem de apoio intermédio a barrotes mais curtos que se subdividem em dois troços para vencerem o vão. Por vezes, para melhorar a entrega dos madeiramentos de reforço na alvenaria, é colocada uma base de pedra.

Repare-se que os tabiques são parcialmente estruturais, pois neles assentam os madeiramentos do sobrado que não encastoam na parede de alvenaria, devido ao vão da escada.

A cobertura de quatro águas, que pudemos observar no eirado, é um exemplo da solução típica do processo construtivo das coberturas de três e quatro águas, muito utilizado no século XVI e XVII, como comprovam representações iconográficas da época. Por simplificação permitida pela diminuta dimensão, em planta, do espaço a cobrir, a estrutura prescinde da asna e das madres e fica reduzida a um varêdo que se faz assentar nas paredes-mestras, funcionando como pernas de asnas, solicitando às paredes de suporte a absorção dos impulsos. Esse madeiramento assenta em barrotes encaixados no topo da alvenaria e é composto por uma estrutura principal, de maior diâmetro, que suporta a estrutura secundária. A estrutura principal é composta por oito varas que convergem na cumeeira: quatro que partem de cada canto, fazendo rincão, e quatro, que partem a meio de cada água da cobertura. As varas da estrutura secundária são pregadas à principal e aos barrotes, que estão embutidos no topo das paredes de alvenaria. Nota-se que, como reforço da estrutura, foi colocada por baixo da convergência dos barrotes, na cumeeira, uma peça de madeira que consolida essa ligação. Com um objectivo idêntico, uma linha liga duas varas opostas que pertencem a essa estrutura. O telhado de telha de canudo é assente sobre um forro de tábuas no conjunto descrito. Os vãos são vencidos, para além do lintel de cantaria, por toros de madeira, sucessivamente dispostos e encastoados na parede.

As paredes interiores e exteriores são rebocadas com massa de cal e areia e caiadas. Como se diz numa expressão do século XVI, o edifício era “*acafelado e apinçado*” (Dias, 1988: 61). Ainda hoje, no Sul de Portugal, se designa por *cafêlo* o revestimento das paredes que resulta da espessura lamelada das várias camadas de pinturas de cal.

### **Para uma caracterização tipológica das casas inseridas em lotes urbanos de frente estreita**

Com base no edifício analisado, e por comparação com outros exemplos com características idênticas detectados a partir deste, é possível uma caracterização generalizada das casas inseridas em lotes urbanos de frente estreita. O lote estreito e alongado, tomando os exemplos referidos nos textos anteriormente transcritos, terá origem em loteamentos medievais.

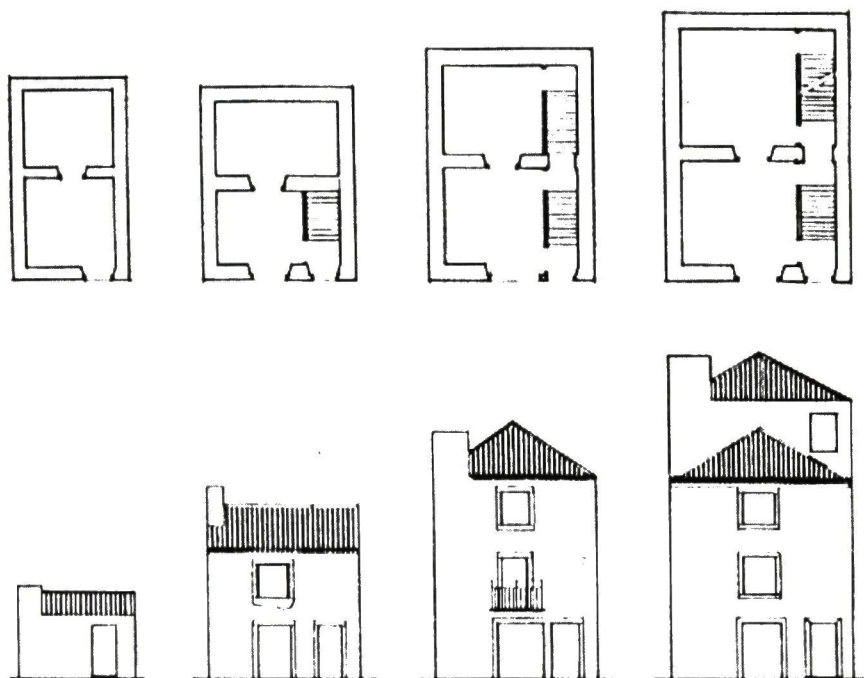


Fig. 14 – Esquema tipológico das casas urbanas de frente estreita. A ampliação de casas térreas, implantadas em parcelas de origem medieval, origina um tipo de edifício bem adaptado aos mercadores e mesteirais, com loja no rés-do-chão e habitação nos pisos superiores. O piso térreo tem duas portas, dispendo-se os vãos superiores alinhados com o da loja, ou centrados na fachada. A porta da habitação é mais estreita e a escada desenvolve-se no seu alinhamento. No piso térreo, uma porta estabelece a ligação interior.

Em resultado do aumento populacional e conseqüente crescimento das urbes ribeirinhas, que é originado pela expansão comercial e marítima dos Descobrimentos do século XVI, as casas sobradadas substituíram as térreas. É mantida a configuração original do lote para, *no ar dele*, crescer em altura.

A ampliação destas edificações relaciona, intimamente, dois tipos de casa que possuem uma estrutura arquitectónica idêntica. Esta consiste em edificar com paredes de suporte os quatro lados do perímetro do lote e uma quinta parede que, a meio, subdivide o lote em dois, onde assentam os madeiramentos dos sobrados e da cobertura. O esquema tipológico descrito é confirmado nas casas tradicionais do Sul de Portugal. Estas casas térreas, compostas pelas cinco paredes já descritas, têm dois compartimentos separados pela parede portante interior. A casa tem a porta como único vão e o compartimento a que dá acesso é denominado casa-de-fora, o que evidencia a sua relação com o exterior, contrária ao outro compartimento interior.

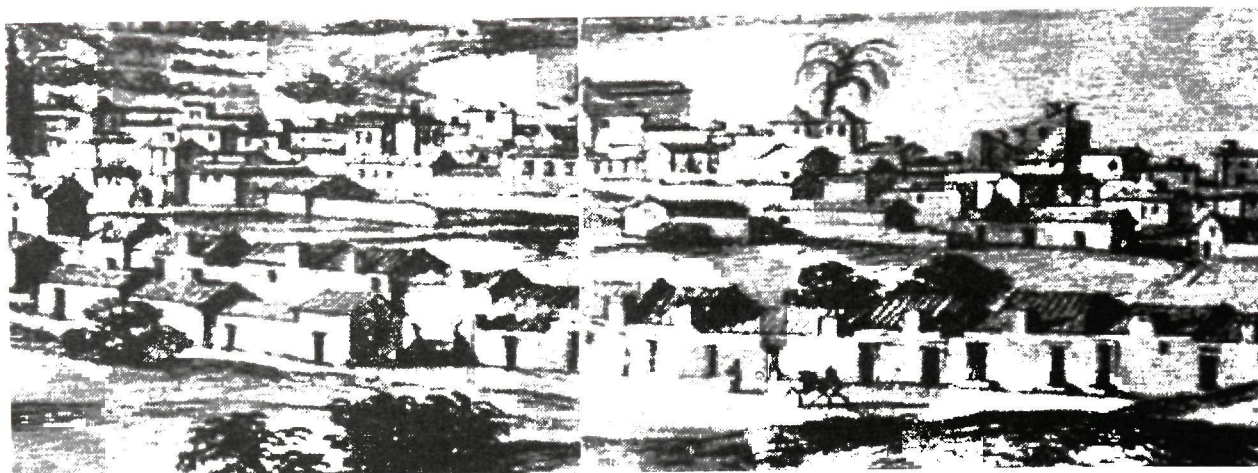


Fig. 15 – Pormenor da representação de Vila Franca de Xira, da gravura de Pier Maria Baldi, efectuada durante a viagem de Cosme de Medicis a Espanha e Portugal, de 1668-69. Na correnteza das edificações da entrada da vila, identificam-se, claramente, casas térreas, só com uma porta, de cantarias de moldura rectangular, a chaminé a prolongar a fachada e a cobertura de duas águas, com a cumeeira paralela à fachada. Retirado de *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-69)*, Madrid, 1933.

Idêntico a este tipo de habitação térrea, típica do Sul do país, é a descrita no Tombo dos Lázarus do século XV que, Ângela Beirante (Beirante, 1980:133) refere como “*uma casa térrea com casa dianteira, câmara e quintal*”. Podemos, facilmente, identificar a *casa dianteira* numa situação idêntica à casa-de-fora, a câmara como compartimento posterior e, por fim, o quintal.

A composição elementar destas fachadas vive de poucos elementos: o paramento caiado, a porta com postigo, o remate da cobertura em duplo beirado e, eventualmente, um poial que reforça a base e serve de banco. No entanto, a verticalidade da chaminé elevando-se orgulhosa, toma lugar preponderante, prolongando a fachada. A chaminé é inovação técnica medieval (Gimpel, 2001:262), e constitui um importante benefício das condições de habitabilidade, pois até então o lar fumava pela telha-vã. Talvez seja essa uma das razões porque se evidenciam tanto nas casas tardo medievais, onde o seu volume sobressai da fachada. Nos séculos seguintes, a sua expressão vai-se reduzindo. Num primeiro momento, entre os séculos XVII e princípios do XVIII, mantém-se no prolongamento da fachada, mas já não se salienta. A partir de então, passa, com mais frequência, a deixar de ter tanta visibilidade.

A ampliação em altura desta casa térrea origina um tipo de edifício, existente desde os finais do século XV e que perdura até meados do século XVIII, muito bem adaptado aos mercadores e mesteiros, com dupla porta e loja, no rés-do-chão, e habitação nos pisos superiores. A ampliação em altura leva a

que se introduza um conjunto de escadas encostado à parede meeira. Estas desenvolvem-se numa sucessão de degraus, sem patim, entre cada nível – a que no Porto chamam *escada de tiro* – separadas da loja por um tabique. No exterior, além da frente estreita, caracterizam estes edifícios os dois vãos que, no piso térreo, dão acesso à loja e à habitação. Por vezes, estas duas portas são englobadas com um mesmo lintel, apenas separadas por uma ombreira comum. Os vãos dispõem-se na fachada principal alinhados com a porta da loja ou centrados na fachada. A porta da habitação é mais estreita e, geralmente, não possui qualquer abertura no seu alinhamento vertical, a não ser um óculo, para beneficiar a escada que aí se desenvolve. A porta de entrada encosta à parede meeira e é no seu alinhamento que se desenvolve a referida escada. Quase invariavelmente, no piso térreo uma porta estabelece a ligação interior entre a loja e a habitação, junto às portas exteriores.

Os autores do livro da Associação dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal* (AAVV, 1980:306), referenciam casas deste tipo, com um só sobrado, existentes nas zonas fronteiriças das Beiras e atribuem a sua origem à emigração de judeus perseguidos, vindos de Espanha e de cidades portuguesas. Todas as casas apresentadas a ilustrar o texto têm decoração que as permite datar do século XVI e as duas portas características. Refere o texto que, não podendo os judeus se dedicar ao trabalho agrícola, se centraram na actividade comercial e de artesanato, evidenciando estas casas essa situação com a «*utilização do rés-do-chão para estabelecimento ou oficina, com comunicação interna para a habitação*». A nossa opinião é que estas populações judaicas perseguidas, levaram para as zonas fronteiriças do interior, desde o Tejo, ao Douro, um modelo urbano que conheciam e que não seria um seu modelo exclusivo.

Oliveira e Galhano (Oliveira e Galhano, 1992:312-319), num trabalho sobre as casas do Porto, já estudaram este tipo de casas quinhentistas e seiscentistas, a que chamam casas esguias, por serem estreitas e altas. Atribuem-lhes uma natureza “híbrida funcional” por serem simultaneamente residência e loja, referindo-se também às duplas portas e de características gerais comuns ao caso que estudamos em pormenor.

Estas casas, por vezes, têm como pormenores notáveis a decoração dos vãos do período manuelino. Esta pode resumir-se a um chanfro ou a aresta ligeiramente boleada, nas cantarias que emolduram o vão. No século XVII, são mais comuns as pedras que emolduram o vão com a aresta arredondada num perfil em quarto de círculo. Mas, na maior parte dos casos, as cantarias das ombreiras e lintéis não têm qualquer pormenor decorativo, como acontece com as portas da casa aqui estudada. Tomam a forma rectangular, com as arestas vivas, num modelo que se perpetuará até ao século XX e que, de facto, tem a sua origem no século XVI.

O duplo beirado, que entrou em desuso com a vulgarização da cornija

barroca, é o remate do beiral mais comum destas casas, entre o século XVI e o princípio do século XVIII. Além das coberturas idênticas às descritas na casa estudada, com três e quatro águas, são também frequentes, neste período, as coberturas de duas águas, paralelas ou perpendiculares à fachada.

O objecto arquitectónico que analisámos foi executado em plena transição para a época moderna. Isto verifica-se, quer pela mistura de elementos de cariz tardo-medieval, com clássicos – contradizendo e subvertendo as suas rígidas regras, aparentemente, por desconhecimento – quer pela tendência a reger-se por números e traçados geométricos que deles decorrem, acabando por, ainda, não conseguir adoptar uma uniformidade absolutamente regular. Este edifício tenta implementar no lote medieval os princípios que já se apresentam vir a ser os dominantes, num futuro próximo, e que surgirão em outras parcelas já dimensionadas para esse fim. Esta tipologia vai prosseguir adaptando-se às novas formas e regras arquitectónicas. Apesar de coetânea com as casas mais antigas do Bairro Alto, a edificação que estudámos não deixa de ser um complexo e contraditório, mas muito interessante, caso de transição para esses novos edifícios. Como refere Carita, no arejado bairro moderno de Lisboa vão surgir exemplos (Carita, 2000:186) «*com uma tipologia claramente teorizada em métricas proporcionais e elementos construtivos standardizados, definindo um tipo de edifício para habitação com dois pisos, com loja no piso térreo e habitação no primeiro andar. É esta a tipologia mais antiga que encontramos no Bairro Alto e que se afasta do chamado lote estreito e comprido que podemos agora, com todo o à-vontade, remeter para o período medieval*». Por isso, esta tipologia manter-se-á pelo conforto da sua base funcional distributiva, de loja com habitação interligada nos pisos superiores, evoluindo a edificação com as novas dimensões e regras de composição urbanísticas e arquitectónicas.

## Bibliografia

- AAVV (1980), *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Beirante, Maria Ângela V. da Rocha (1980), *Santarém Medieval*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Beirante, Maria Ângela V. da Rocha (1981), *Santarém Quinhentista*, Lisboa: Distribuidora Livraria Portugal.
- Carita, Hélder (1999), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Carita, Hélder (2000), Reforma urbanística da Lisboa manuelina. Início da escola moderna de arquitectura, *História* 26:36-45.

- Conde, Manuel Sílvio Alves (1997), Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, *Arqueologia Medieval*, 5, 243-265.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (2000), Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média, *Media Aetas* 3/4:49-86.
- Costa Lobo, A. S. Silva da (1903), *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa.
- Cunha, Rui Maneira (2003), *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Dias, Pedro (1988), *A Arquitectura Manuelina*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- Duarte, Ana Luísa; Amaro, Clementino (1985), Casa dos Bicos a Cidade e a Arqueologia, *Trabalhos de Arqueologia – I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* 143-154.
- Gimpel, Jean (2001), *A revolução industrial da Idade Média*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando e Pereira, Benjamim (1988), *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Silva, Augusto Vieira da (1960), Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa, *Dispersos* vol. III, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 102-160.
- Trindade, Luísa (2002), *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

## Resumo

Este trabalho tem por base uma casa quinhentista localizada na Ribeira de Santarém. O estudo abrange o sítio urbano, a arquitectura e os processos construtivos, e termina com uma sistematização da tipologia dos edifícios inseridos em lotes urbanos de frente estreita assim como a descrição dos seus elementos caracterizadores.

A ampliação de casas térreas, implantadas em parcelas medievais, origina um tipo de edifício, do século XVI e XVII, bem adaptado aos mercados e mesteirais, com loja no rés-do-chão, e habitação nos pisos superiores. O piso térreo tem duas portas, dispendo-se os vãos superiores alinhados com o da loja, ou centrados na fachada. A porta da habitação é mais estreita e a escada desenvolve-se no seu alinhamento. No piso térreo, um vão estabelece a ligação interior.

Palavras-chave: Ribeira de Santarém, arquitectura urbana, sec. XVI, frente estreita.

THE LOCATION AND THE ARCHITECTURE OF A SIXTEENTH CENTURY HOUSE ON THE RIBEIRA DE SANTARÉM –TYPOLOGICAL ESSAY ON URBAN HOUSES WITH RESTRICTED FRONTAGE

### Summary:

This work is based upon a sixteenth century house located on the Ribeira de Santarém. The study includes the urban situation, the architecture, and the processes of construction, and concludes with a systematisation of the type of buildings inserted on urban plots with narrow façade as well as a description of their characteristic elements.

The enlargement of ground floor houses, implanted in medieval plots, gave rise to a type of building in the XVI and XVII century that was well adapted to the traders and marketeers with a shop or business premises on the ground floor and habitation on the upper floors. The ground floor has two doors, making available the upper spaces in line with the shop or central in the façade. The door of the habitation is more restricted and the stair develops rises on this alignment. On the ground floor, a door-opening establishes an interior connection.

Key words: Ribeira de Santarém, sixteenth century current urban architecture, narrow street front.

### LE SITE ET L'ARCHITECTURE D'UNE MAISON DU 16ÈME SIÈCLE DANS LA RIBEIRA DE SANTARÉM – ESSAI TIPOLOGIQUE DES MAISONS URBAINES À FAÇADE ÉTROITE

### Résumé:

Ce travail se base sur une maison du 16ème siècle située dans la Ribeira de Santarém. L'étude traite du site urbain, de l'architecture et des processus de construction, et termine par la systématisation d'un type d'édifice inséré dans des lotissements urbains à façade étroite ainsi que par la description de ses éléments caractéristiques.

L'agrandissement de maisons a un seul niveau, situées sur des parcelles de l'époque médiévale, est à l'origine d'un type d'édifice, des 16ème et 17ème siècles, bien adapté aux marchands et aux artisans, avec un magasin au rez-de-chaussée et le logement aux étages supérieurs. Le rez-de-chaussée a deux portes et les ouvertures de fenêtres aux étages supérieurs sont alignées par rapport à celles-ci ou bien placées au centre de la façade. La porte du logement est plus étroite est l'escalier se développe dans son alignement. Au rez-de-chaussée, un passage est prévu pour la liaison intérieure.

Mots-clé: Ribeira de Santarém, architecture urbain, 16ème siècle, façade étroite